

UM ESTUDO DE CONCEPÇÕES LINGÜÍSTICAS DE HABITANTES DE PETROLINA, AS QUAIS REPERCUTEM EM SUAS PRÁTICAS DISCURSIVAS.

Angélica Cavalcanti*
Luzia Melo*

“O ensino da norma culta tem de ser feito como um acréscimo à bagagem lingüística da pessoa e não como uma substituição de uma língua ‘errada’ por uma ‘certa’”.
(Marcos Bagno)

Resumo:

A dominação de classe se efetiva por meio da linguagem. Isso significa que, em uma sociedade, a linguagem de maior prestígio tende a ser a da classe dominante que, assim, assegurará a difusão de suas ideologias e a reprodução de seu status de dominador. Partindo desse pressuposto, este trabalho confrontou as variedades empregadas por grupos sociais distintos em Petrolina, que se destaca, no cenário nacional, como pólo de desenvolvimento. Foram relacionados dois segmentos: os que atuam em posições sociais de comandados (pessoas que trabalham direta ou indiretamente na agricultura) e seus superiores (técnicos agrônomos e proprietários de fazendas). Efetuaram-se entrevistas com números variantes de profissionais em suas áreas de atuação, com o objetivo de identificar a concepção de linguagem, a percepção do preconceito lingüístico e como isso se manifesta nas práticas discursivas da população local. A pesquisa foi fundamentada nos conceitos propostos por Bagno (1999), Gnerre (1998) e outros.

Abstract:

The class domination effectives itself by means of language. This means that, in a society, the most faced language tends to be the domain class which, thus, will assure the diffusion of its ideologies and the reproduction of its dominator status. From this presuppose, this work confronted the varieties used by different social groups in Petrolina, which features in the national scene, as development pole. It was showed two segments: the ones that act in controlled social status (people who work direct or indirectly in agriculture) and their chiefs (technicians, agronomists and owners of farms). It was done Interviews with a varied number of professionals in their performance areas, with the object of identifying the language conception, the perception of the linguistic preconception and with this expresses in the local population discursive

practices. The research was based in Bagno (1999), Gnerre (1998) and others concepts.

Palavras-chave: Linguagem e desenvolvimento.

Keys Words: Language and development.

Desenvolvimento:

O português falado no Brasil é bem diversificado, mesmo a escola tentando impor a norma lingüística como se fosse de fato comum a todos os brasileiros. As diferenças de status social em nosso país explicam o abismo entre os falantes das variedades não-padrão e os falantes da norma culta, que é a língua ensinada na escola. Segundo o escritor Marcos Bagno, preconceito lingüístico é dizer que o “certo” é falar e aceitar a língua que é ensinada na escola, mas e quem não tem acesso a escola não sabe falar o português? Preconceito lingüístico está exatamente aí, pessoas que pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada e que geralmente não têm acesso à educação formal e aos bens culturais da elite empregam a língua de forma natural e isso a diferencia da norma culta. Pessoas que dizem **adevogado, Craudia, fessora, Ricifi**, pertencem a essa classe, por isso a sua língua é considerada “feia”, “pobre”, “carente” quando, na verdade, é apenas diferente da língua ensinada na escola.

O Preconceito Lingüístico resulta de um preconceito cultural, econômico e, sem dúvida, social, segundo Bagno, apresenta-se como um conjunto de idéias distorcidas que se baseiam no mito de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, prescrita nas gramáticas e compreendida nos dicionários. Diariamente, quando vemos e ouvimos os comandos difundidos pelos meios de comunicação, que pretendem a todo custo ensinar o que é “adequado” e o que é “inadequado”, percebemos que eles trabalham a serviço da língua considerada padrão. O preconceito lingüístico também é divulgado em instrumentos tradicionais de ensino da língua, ou seja, na gramática normativa e em livros didáticos.

Algumas pessoas dizem que brasileiro não sabe falar português, e que só em Portugal se fala bem o português e é claro que isso não é verdade, o brasileiro sabe português sim, a nossa língua materna é que é diferente do português falado em Portugal. A língua falada no Brasil tem regras de funcionamento, que cada vez mais se diferenciam da gramática da língua falada em Portugal, nenhum dos dois é mais adequado ou menos adequado, mais bonito ou mais feio, são apenas diferentes um do outro e cada um atende às necessidades lingüísticas que também são diferentes em cada comunidade que as usam, necessidades lingüísticas essas que também são diferentes. Bagno afirma que, todo falante nativo de uma língua sabe o seu idioma, pois saber a língua no sentido científico do verbo saber significa conhecer intuitivamente e empregar com naturalidade as regras básicas de

funcionamento dela. Assim o problema não está naquilo que se fala, mas quem fala o quê.

O português padrão se constitui a língua falada pelas pessoas que estão nas classes sociais mais privilegiadas que detêm o poder político e econômico e o português não-padrão é a língua da grande maioria pobre e dos analfabetos do nosso povo, só que a escola exige que o aluno adentre o universo educacional sendo possuidor do capital lingüístico padrão. Vejamos um exemplo citado por Bagno: imagine que um indivíduo não sabe nadar e matricula-se num curso de natação. Na primeira aula, ele e todos os outros alunos são jogados, sem bóia, no lado fundo da piscina, aqueles que souberem nadar conseguirão se salvar e prosseguirão no curso, os que não souberem, terão que se debater até chegar à beira da piscina e serão mandados embora, outros quem sabe morrerão afogados. Trata-se um método de ensino absurdo, mas é assim que acontece na escola. Nosso sistema educacional valoriza aquelas crianças que já chegam à escola trazendo na sua bagagem lingüística o português padrão e praticamente expulsa as que não o trazem, isso, além de ser uma grande injustiça, faz com que o sistema educacional atue em favor dos interesses da elite, mantendo os excluídos exatamente onde eles já estão.

A língua é um processo em permanente mutação e não um produto pronto, ela é um saber aprendido e, de modo geral, os usuários são instigados a imitar a fala da classe que julga superior a sua. Essa constatação pode ser verificada em Petrolina, considerada um centro de desenvolvimento econômico. Vários imigrantes fixam morada nessa região. Seja por paixão ou por trabalho, formam colônias e, quando interagem com a população local, nasce uma nova prática lingüística, na qual há uma mistura da língua dominante com a forma de falar dos nativos. A influência dos falares é mútua, mas é mais forte nos indivíduos que fazem parte da classe menos favorecida. Com a variedade deles, funde-se a língua dos que ocupam posições de maior prestígio, a qual eles julgam superior, e criam nova linguagem nessa cidade. Em uma análise de variantes empregadas em Petrolina em confronto com o desenvolvimento da cidade, percebemos que, apesar de a cidade se destacar como pólo da agricultura irrigada, transformando a vegetação seca da caatinga no verde da fruticultura irrigada, a norma culta está acessível a uma pequena parcela da população, pois a educação básica de qualidade, que garantiria a distribuição do capital lingüístico, ainda necessita de reformas, apesar de significativos avanços nos últimos anos. A classe menos favorecida que trabalha direta ou indiretamente na agricultura e que é discriminada por ter um discurso diferente do que é considerado padrão, exatamente por não ter acesso a um ensino eficaz, utiliza predominantemente o português não-padrão, deixando de transitar pelas diversas possibilidades do dizer.

Em pesquisa realizada por meio de aplicação de questionário a pessoas de diferentes classes, faixas etárias, níveis culturais e sexo, na zona agrícola e na cidade de Petrolina, constatou-se que 90% dos entrevistados afirmaram que, devido à falta de cultura, a população local “não sabe falar

bem o português”. Oitenta por cento dos pesquisados, disseram que, por falta de oportunidade, a comunidade não “domina o português”. Somem-se a isso os fatos de 70% deles terem assegurado que já foram vítimas de preconceito lingüístico e, ainda, 95% dos entrevistados reconheceram a interferência do preconceito social na expressão do preconceito lingüístico.

Assim, tendo sido excluídos pela condição social e pela linguagem e internalizado o mito da unidade lingüística, esses indivíduos julgam-se incompetentes lingüisticamente e tendem a tentar assimilar ou a fundir às próprias práticas os hábitos dos empregadores ou de quaisquer cidadãos socialmente favorecidos, com os quais estabelecem contato.

Tais assimilações dizem respeito à linguagem técnica, expressões típicas do segmento social em que atuam, predominantemente o agrícola. O que se verifica, então, é a existência de influência lingüística que atua no sentido vertical, de cima para baixo, intensificando ainda mais a oposição entre classes e obstruindo a mobilidade social, no que citamos Maurízzio Gnerre, em “Linguagem, escrita e poder”: “a linguagem é o arame farpado mais poderoso para se garantir o poder”.

A inserção de regularidades lingüísticas da classe dominante pode ser verificada, por exemplo, em áreas do Projeto de Irrigação Maria Tereza. Ali, agricultores oriundos de diversos lugares do nordeste desempenham funções, subordinados a técnicos, agrônomos e aos colonos (proprietários de lotes). De acordo com o relato dos sujeitos investigados, não há impedimento para o êxito da comunicação entre empregadores e empregados, apesar de eles utilizarem variedades diatópicas e diastrásticas distintas, pois elas têm uma base comum. Entretanto, os trabalhadores do campo esforçam-se por utilizar termos integrantes da linguagem técnica dos seus superiores, tais como: “raleio”, “enxertia”, “barrelete”, “desbaste”, “amarrio”, “pulverização”, mesmo quando há termos equivalentes em sua linguagem. É válido ressaltar que esse empenho pela reprodução da variedade padrão se efetiva no nível lexical, ainda que tal esforço não obtenha êxito no nível prosódico ou no sintático. Já a assimilação da variedade dos trabalhadores por seus chefes só é verificada na construção do vocabulário passivo destes, o que torna a interação mais eficaz, não sendo registrado acréscimos no seu vocabulário ativo.

Essas constatações ratificam idéias defendidas por Gnerre (1998):

“Uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que ele têm nas relações econômicas e sociais. Essa afirmação é válida, evidentemente, em termos ‘internos’, quando confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos ‘externos’ pelo prestígio das línguas no plano internacional. Houve época em que o francês ocupava posição

mais alta na escala de valores internacionais das línguas, depois foi a vez da ascensão do inglês”.

As constatações deste trabalho coadunam, ainda, com as seguintes idéias defendidas por Gnerre (1998):

“Assim como o Estado e o poder são apresentados como entidades superiores e ‘neutras’ também o código aceito ‘oficialmente’ pelo poder é apontado como neutro e superior, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo nas relações com o poder”.

No embate entre as classes, o vencedor é aquele que possui instrumentos para ganhar (leia-se uma variante de valor, associada à escrita e alvo de contínuos e vultosos investimentos). Conceder o acesso à norma padrão a todos os brasileiros, por meio da ação educativa, é tornar mais justa a concorrência pelas oportunidades oferecidas numa sociedade progressista.

Conclusão: Por meio da realização da tão esperada reforma social, na qual seja de fato priorizada a garantia dos direitos fundamentais do homem, faz-se necessário aperfeiçoar a competência comunicativa dos usuários da língua portuguesa, a fim de que possam fazer uso dela nos mais diversos contextos e com quaisquer interlocutores, tornando-se “políglotas em seu próprio idioma”. Dessa forma, participarão como sujeitos do processo de inclusão social, usufruindo, de maneira equânime, do progresso e dos bens sócio-historicamente produzidos.

Referências bibliográficas:

BAGNO, Marcos. Preconceito Lingüístico. 43^a ed. – São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GNERRRE, Maurízzio. Linguagem, escrita e poder. 4^a ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.